

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

ODIRLEY DE SOUZA DIAS

**(IN)CONSTITUCIONALIDADE DO COLEGIADO EM PRIMEIRO GRAU
DE JURISDIÇÃO ART. 1º, § 1º DA LEI Nº 12.694/2012 À LUZ DOS
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA PUBLICIDADE, DA AMPLA
DEFESA, DO CONTRADITÓRIO E DA FUNDAMENTAÇÃO DAS
DECISÕES JUDICIAIS**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA**

**CACOAL – RO
2016**

ODIRLEY DE SOUZA DIAS

**(IN)CONSTITUCIONALIDADE DO COLEGIADO EM PRIMEIRO GRAU
DE JURISDIÇÃO ART. 1º, § 1º DA LEI Nº 12.694/2012 À LUZ DOS
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA PUBLICIDADE, DA AMPLA
DEFESA, DO CONTRADITÓRIO E DA FUNDAMENTAÇÃO DAS
DECISÕES JUDICIAIS**

Monografia apresentada à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação do professor M.e Silvério dos Santos Oliveira.

**CACOAL - RO
2016**

Dias, Odirley de Souza.

D541i (In)constitucionalidade do colegiado em primeiro grau de jurisdição Art. 1, §1º da Lei nº 12.694/2012 à luz dos princípios constitucionais da publicidade, da ampla defesa, do contraditório e da fundamentação das decisões judiciais/ Odirley de Souza Dias – Cacoal/RO: UNIR, 2016. 46 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.
Orientador: Prof. M.e Silvério dos Santos Oliveira.

1. Direito processual penal. 2. Direito constitucional. 3. Ampla defesa. 4. Publicidade. I. Oliveira, Silvério dos Santos. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.
CDU – 343

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

**(IN)CONSTITUCIONALIDADE DO COLEGIADO EM PRIMEIRO GRAU
DE JURISDIÇÃO ART. 1º, § 1º DA LEI Nº 12.694/2012 À LUZ DOS
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA PUBLICIDADE, DA AMPLA
DEFESA, DO CONTRADITÓRIO E DA FUNDAMENTAÇÃO DAS
DECISÕES JUDICIAIS**

ODIRLEY DE SOUZA DIAS

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

Professor M.e Silvério do Santos Oliveira - Presidente

Professora M.^a Daeane Zulian Dorst UNIR - Membro

Professor M.e William Ricardo Grilli Gama UNIR - Membro

Conceito: 8.9

Cacoal, 07 de Julho de 2016.

Dedico este trabalho a minha família, aos irmãos de farda, que toleraram meus atrasos enquanto frequentava a universidade.
Aos meus queridos amigos e companheiros de sala em especial ao grupo do “fundão”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar força nos momentos difíceis e por permitir que finalizasse mais uma etapa de minha vida.

A minha família pelo apoio incondicional durante esta jornada, principalmente aos meus pais, João e Maria, meus filhos, Gabriel e Sofia e minha querida esposa Patrícia.

A Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, Também aos professores, que cada um a seu modo, transmitiu seus conhecimentos para a produção deste trabalho em especial ao Mestre professor Silvério pela dedicação a este curso.

Aos meus amigos do ônibus da faculdade, em especial Diones, Gild, Marcio e Adenilson.

Aos amigos do Fundão, Aparecido, Douglas, José Lucas, Juvenal, Marcelo, Nélio, Welder por toda ajuda que dispensaram a mim durante esta jornada.

Missão dada é missão cumprida.
(Autor desconhecido).

RESUMO

O trabalho ora apresentado analisa a constitucionalidade da Lei 12.694/2012, que autoriza a formação de colegiado em primeiro grau de jurisdição, tomando como base os princípios constitucionais, para isso, expõe a importância dos princípios, como alicerce de todo o ordenamento jurídico e ainda apresenta as divergências dos conceitos de organização criminosa. traz à baila o conflito entre a obrigação do Estado de garantir a segurança da comunidade e a preservação dos direitos e garantias individuais dos membros de organização criminosa. O principal tema a ser debatido é a norma contida no artigo 1º, parágrafo 6º, da lei supramencionada que determina a omissão do voto divergente no colegiado de primeiro grau. O trabalho apresenta as opiniões de autores renomados no cenário nacional, que conflitam sobre o tema. Para sua realização foi utilizado o método indutivo e o procedimento técnico aplicado foi de pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Lei nº 12.694/2012. Inconstitucionalidade. Voto Divergente. Ampla Defesa. Publicidade.

ABSTRACT

The work presented examines the constitutionality of Law 12.694 / 2012, authorizing the collegiate training in the first degree of jurisdiction, based on the constitutional principles, for it, exposes the importance of principles as the foundation of the entire legal system and still has the differences of the criminal organization concepts. Back to the fore the conflict between the State's obligation to ensure the safety of the community and the preservation of individual rights and guarantees of the criminal organization members. The main topic to be discussed is the rule contained in Article 1, paragraph 6, of the above law that determines the omission of the dissenting opinion in the first degree collegiality. The work presents the views of renowned authors on the national scene, that conflict on the subject. For its realization was used the inductive method and the applied technical procedure was literature.

Keywords: Law 12.694 /2012. Unconstitutionality. Dissenting Vote. Wide Defense. Advertising.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 DA TUTELA JURISDICIONALPENAL	11
1.1 DA JURISDIÇÃO.....	11
1.2 DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS ATINENTES AO TEMA	14
1.3 PRINCÍPIOS ATINENTES AO TEMA.....	15
1.3.1 Princípio da ampla Defesa.....	16
1.3.2 Princípio do contraditório.....	18
1.3.3 Princípio da fundamentação das decisões judiciais.....	19
1.3.4 Princípio da imparcialidade do juiz.....	20
1.3.5 Princípio da publicidade	21
2 TEMÁTICA JURISDICIONAL ADVINDA DA LEI Nº 12.694/2012	24
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL.....	24
2.2 DO CONCEITO DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA	27
2.3 ASPECTOS HISTÓRICOS DA LEI 12.694 DE 2012	28
2.3.1 Da Lei nº 12.694/2012	29
2.3.2 Da Lei Patrícia Acioli e do juiz sem rosto.....	32
3 DA (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA LEI 12.694/2012	34
3.1 CONCEITO DE CONSTITUCIONALIDADE	34
3.2 CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	35
3.2.1 Controle Difuso	35
3.2.2 Controle Abstrato	36
3.2.2.1 Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)	36
3.2.2.2 Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC).....	37
3.2.2.3 Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO)	37
3.2.2.4 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)	37
3.3 DAS DIVERGÊNCIAS DOUTRINÁRIAS SOBRE A LEI Nº 12.694/2012	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS.....	45

INTRODUÇÃO

O trabalho em apresentação tem por escopo trazer ao debate acadêmico a possível inconstitucionalidade da Lei nº 12.694/2012, que instituiu a faculdade aos juízes de primeiro grau de formar órgão colegiado para procedimentos em processos cujo autor se enquadre no conceito de organização criminosa, assim como apresentar em âmbito acadêmico as nuances desta lei.

A Lei em análise, também conhecida por lei Patrícia Acioli, tem o objetivo imediato de propiciar maior segurança aos magistrados que trabalham no combate ao crime organizado e mediatamente de conservar a jurisdição imparcial do Estado.

A importância deste tema relaciona-se com o crescente poder dos grupos organizados para o cometimento de crimes e a pacificidade do Estado no combate a este tipo de ação, de modo que se faz necessária uma reflexão no tocante aos direitos e garantias individuais contrapostos ao direito da coletividade na manutenção da ordem pública.

A lei em comento apresenta diretrizes que sugerem inconstitucionalidade no que se trata aos princípios da publicidade, da ampla defesa, do contraditório, do juiz natural, da fundamentação das decisões judiciais.

As pesquisas bibliográficas realizadas na confecção desta monografia demonstraram as divergências entre os doutrinadores, uns pela inconstitucionalidade outros pela constitucionalidade, mas não foi observado qualquer questionamento sobre a necessidade da pujança da jurisdição.

Porém para a manutenção da jurisdição não poderá retroceder nos direitos constitucionais individuais. O trabalho em epígrafe pretende demonstrar se a Lei nº 12.694/2012 realmente fere alguns princípios constitucionais como é o caso do

Artigo 1º, parágrafo 6º, onde determina a omissão do possível voto divergente no colegiado de primeiro grau, assim como o teor do voto, possivelmente dificultando a defesa do acusado em um eventual recurso. Nesta seara sofre muitas críticas, porém há quem entenda que faz parte da eficácia da lei, para a manutenção da jurisdição.

O trabalho foi realizado sob a técnica de pesquisa bibliográfica através de diplomas jurídicos, doutrinas, artigos científicos e julgados atinentes ao tema. O método de interpretação utilizado foi o indutivo.

1 DA TUTELA JURISDICIONAL PENAL

Neste capítulo será abordada a tutela jurisdicional em âmbito penal, seu aspecto histórico, os direitos e garantias com enfoque no tema.

Partindo da ideia da inexistência da supremacia do Estado na solução de conflitos de seus integrantes, Cintra, Grinover e Dinamarco (2003, p. 21) apresentam o seguinte magistério:

Assim, quem pretendesse alguma coisa que outrem o impedisse de obter haveria de, com sua própria força e na medida dela, tratar de conseguir, por si mesmo, a satisfação de sua pretensão. A própria repressão aos atos criminosos se fazia em regime de vingança privada e, quando o Estado chamou para si o jus punitonis, ele o exerceu, inicialmente mediante seus próprios critérios e decisões, sem a interposição de órgãos ou pessoas imparciais independentes e desinteressadas.

Depreende-se que só a autoridade da igreja não foi suficiente para resolução dos conflitos internos dos Estados, assim como a autotutela, que privilegiava os mais poderosos, não deixava qualquer sensação de justiça e suscitava a intranquilidade na sociedade, fez-se necessário a efetivação de uma ferramenta capaz de inculcar na sociedade o sentimento de isonomia entre os integrantes da coletividade, a esta ferramenta dá-se o nome de jurisdição.

1.1 DA JURISDIÇÃO

Entende-se jurisdição por substituição das partes pelo Estado, com intento de dirimir conflitos entre pessoas e entre pessoas e a administração pública, etimologicamente falando, pode ser interpretada como, dizer o direito, o estado juiz diz o direito e evita que as partes se digladiem, ou seja, pratiquem a autotutela.

Para Dinamarco, Cintra e Grinover (2003, p. 131) jurisdição é “uma das funções do Estado, mediante a qual este se substitui aos titulares dos interesses em conflito para, imparcialmente, buscar a pacificação do conflito que os envolve com a justiça”.

Távora e Alencar (2014, p. 297), asseveram que Jurisdição:

É poder-dever pertinente ao estado-Juiz de aplicar o direito ao caso concreto. Como a autotutela foi banido, em regra, do ordenamento, coube

ao Poder judiciário a missão constitucional de certificar o direito, dirimindo as demandas que lhe são apresentadas.

Interpretando o ensinamento acima mencionado, quando os autores falam “em regra” induz a pensar em exceções as quais apresentam no ordenamento jurídico em vigor, a legítima defesa, o estado de necessidade.

Por sua vez Didier JR. (2000, p. 67) aponta jurisdição de forma dividida como sendo:

[...]a função atribuída a terceiro imparcial (a) de realizar o direito de forma imperativo (b) e criativo (c), reconhecendo/efetivando/protegendo situações jurídicas (d) concretamente deduzidas (e) em decisão insuscetível de controle externo (f) e com aptidão para tornar-se indiscutível.

Na lição de Tourinho (2003, p. 218), a jurisdição como atividade, “é toda aquela diligência do juiz do processo objetivando a dar a cada um o que é seu” ainda a jurisdição como função, “é aquela incumbência afeta ao juiz de, por meio do processo, aplicar a lei aos casos concretos”.

A jurisdição é dividida em típica e atípica: a jurisdição típica é aquela exercida pelo poder judiciário, os órgãos jurisdicionais típicos se dividem hierarquicamente entre: I) Supremo Tribunal Federal; II) Superior Tribunal de Justiça; III) Tribunais de Justiça; IV) Juízes de Primeiro Grau.

A jurisdição brasileira divide-se ainda em justiças especializadas como é o caso da justiça militar, instituída com o fim de processar e julgar crimes militares. A eleitoral, cuja missão de processar e julgar crime eleitoral e os conexos a este.

Távora e Alencar (2014, p. 298) afirmam que a bifurcação da jurisdição tem o condão de propiciar maior agilidade e eficiência a jurisdição, quando escrevem: “A divisão da jurisdição em competências tem o intuito de conferir a jurisdição maior funcionalidade. A jurisdição é una e o seu exercício observa os ditames da harmonia entre os Poderes que constituem o Estado brasileiro.”.

Os crimes comuns são julgados pelo Poder Judiciário executando a função típica de forma ordinária. Entretanto as altas cortes de justiça julgam os “crimes de responsabilidade” cometidos a algumas autoridades políticas, de forma originária.

A Constituição Federal em seu artigo 102, I, “c”, determina ao Supremo Tribunal Federal a guarda da Constituição, *in verbis*:

I - Processar e julgar, originariamente:

[...]

c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, e os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente;

O artigo 105, inciso I, determina a competência do Superior Tribunal de Justiça para:

I - Processar e julgar originariamente:

a) Nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.

Enquanto que a jurisdição atípica é aquela exercida pelo Poder Legislativo, através dos seus órgãos, a principal função da justiça política é julgar os crimes de responsabilidade, conceituado por Távora e Alencar (2014, p. 299) como: “Os crimes de responsabilidade em sentido estrito são, em verdade, infrações político que pode conduzir ao afastamento das funções, a um *impeachment*.”

O processo penal convencional não abrange os crimes de responsabilidade, pois o ordenamento jurídico indica que são competentes os órgãos legislativos, conforme o decreto-lei nº 201/1967, a lei nº 1.079/1950, o artigo 51, inciso I e artigo 52, inciso I ambos da Constituição Federal de 1988. Senão, veja-se:

O Decreto-Lei nº 201/1967 expõe que a Câmara Municipal é responsável em processar e julgar os prefeitos que são suspeitos de crime de responsabilidade em sentido estrito, podendo acarretar em impedimento das funções se condenado.

Já a Lei nº 1.079/1950 prevê a competência da Assembleia Legislativa para processar e julgar os governadores que cometerem crimes de responsabilidade.

Do mesmo modo, todavia, em âmbito federal, a Constituição Federal determina em seu artigo 51, inciso I, que compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado. Por sua vez, o artigo 52, inciso I, da Constituição Federal dispõe que:

Compete privativamente ao Senado Federal: I) processar e julgar o Presidente e o vice-presidente da República nos crimes de

responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os comandantes das forças armadas nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; II) processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador Geral da República e o Advogado Geral da União nos crimes de responsabilidade.

Denota-se de todo o exposto que a jurisdição é a forma que o Estado encontrou para dirimir conflitos sem que seja necessário a autotutela e que mesmo assim o indivíduo tenha em mente que foi realizado o julgamento da lide de forma imparcial, e que com objetivo de maior funcionalidade e isenção a jurisdição é desmembrada entre o Poder Judiciário de forma típica ou Ordinário e o Poder Legislativo de forma Atípica ou Extraordinária, para que perpetue a independência dos Poderes do Estado.

1.2 DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS ATINENTES AO TEMA

Quanto aos direitos e garantias fundamentais se faz necessário apresentar o conceito e as diferenças entre elas. No magistério de Kelsen (2000, p. 5) Direito é “conjunto de regras que possui um tipo de unidade que entendemos como sistema”. Direito fundamental é o mecanismo pelo qual o indivíduo é protegido das possíveis arbitrariedades do Estado. Enquanto que garantia fundamental pode ser conceituada como aparelho que visa proteger os direitos fundamentais.

Os direitos fundamentais são direitos inerentes às pessoas, expresso na constituição de cada país. Os direitos em comento são divididos em primeira, segunda e terceira geração, estas classificações foram surgindo conforme a implantação dos direitos.

O direito de primeira geração tem por característica principal o princípio inerente à liberdade, impõe ao Estado o dever de abster-se de cercear a liberdade do indivíduo sem justa motivação. São direitos políticos e civis reconhecidos com a Revolução Francesa e Americana. São exemplos à vida, à liberdade, à propriedade, à liberdade de culto religioso, à liberdade expressão, etc. Paulo e Alexandrino (2012, p.102) alegam que o direito de primeira geração “são referido como direitos negativos, liberdades negativas ou direitos de defesa do indivíduo frente ao Estado.” A Constituição Federal de 1988 no seu artigo 5º, *caput* determina alguns direitos de primeira geração, *in verbis*: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de

qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”.

O de segunda geração está ligado ao princípio de igualdade entre os homens, traduzido pelos direitos sociais, quais sejam o direito de participação na administração do estado podendo exigir dos representantes, políticas de proteção aos hipossuficientes, tentando a busca da igualdade entre os indivíduos, previsto no artigo 5º da CF.

São direitos de terceira geração, o meio ambiente ecologicamente equilibrado, à defesa do consumidor, à paz à auto determinação dos povos ao patrimônio comum da humanidade ao progresso e ao desenvolvimento, etc. Como é sabido o direito de terceira geração contempla a coletividade no âmbito extranacional, ou seja, tem caráter difuso.

Contemporaneamente já se comenta entre os doutrinadores o direito de quarta e quinta geração, sendo a quarta direito à democracia á informação e o pluralismo jurídico, segundo Bonavides, citado por Paulo e Alexandrino (2012, p.103).

No entanto, Bobbio (1992, *apud* VICENTE; ALEXANDRINO 2012, p.104) “a quarta dimensão decorre dos avanços da engenharia genética, que colocam em risco a própria existência humana, pela manipulação do patrimônio genético.”

Ante ao exposto fica claro que o direito é proteção inerente a pessoa humana, enquanto que garantia é a segurança que o direito será respeitado pelo Estado.

1.3 PRINCÍPIOS ATINENTES AO TEMA

Princípio, entendido como alicerce, começo do estudo e da aplicação das normas gerais. Nucci (2014, p. 19) apresenta princípio por “momento em que algo tem origem; causa primária, elemento predominante na constituição de um corpo orgânico; preceito regra ou lei; fonte ou causa de uma ação”.

No magistério de Lopes Jr. (2014, *apud* ÁVILA 2014, p. 107) princípios:

São normas imediatamente finalísticas, primariamente prospectivas e com pretensão de complementaridade de parcialidade, para cuja aplicação se demanda uma avaliação da correlação entre o estado de coisas a ser promovido e os efeitos decorrentes da conduta havida como necessária à sua promoção.

O ordenamento jurídico penal é regido por princípios de ordem constitucionais e mesmo penal, sendo que os princípios devem seguir uma hierarquia, os constitucionais têm precedência sobre os penais.

Lopes Jr. (2013, p. 107) defende que os juízes devem tentar alcançar a maior pujança dos princípios constitucionais, quando expõe:

Considerando que em geral os destinatários dos princípios no processo penal são os juízes e tribunais, pois, acima de tudo, nos interessam os que constituem regras de julgamento, devem eles fazer todo o necessário para promover o fim devido, ou seja, buscar incessantemente a máxima eficácia dos princípios (constitucionais) do processo penal.

Os princípios constitucionais estão esculpidos, principalmente, no artigo quinto da Constituição federal de 1988, serão abordados os afetos à Lei 12.694/12, quais sejam: I) princípio da ampla defesa; II) princípio do contraditório; III) princípio da fundamentação das decisões; IV) princípio da imparcialidade do juiz; V) princípio da publicidade e princípio do juiz natural.

Os princípios são conceituados por Távora e Alencar (2014, p. 300) como normas, deixam isso claro quando escrevem:

Adotamos a expressão princípios como espécie de norma. Norma é o gênero, enquanto regras e princípios são espécies. De acordo com essa perspectiva, norma não se confunde com texto. O enunciado é texto. O conjunto de enunciado é texto bruto. A interpretação do texto possibilita os contornos da norma. Os princípios são assim, normas, que resultam da interpretação de um enunciado, de um conjunto de enunciados ou de fragmentos de enunciados. Têm a utilidade de servir como vetores hermenêuticos, cânones interpretativos mais vagos que conformam o sistema processual penal.

Considerando os argumentos supramencionados princípios são normas, e nesta seara entende-se que não poderá ser válido qualquer ato normativo que possa afrontar os princípios, neste entendimento que será norteado o trabalho em confecção.

1.3.1 Princípio da Ampla Defesa

Faz necessário destacar que o princípio da ampla defesa é de suma importância ao processo penal, visto que impõe ao acusado e a comunidade a

sensação de justiça, vendo que foram disponibilizados todos os meios de defesa ao réu, meios estes impostos pela própria sociedade, através de seus representantes.

A Carta da República de 1988 apresenta no seu artigo 5º, inciso LV, que são garantidos aos litigantes e aos acusados o contraditório e a ampla defesa, *in verbis*. “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.”

O princípio em destaque é destinado ao acusado e tem por finalidade a ampla defesa, ou seja, permitir que o acusado se defenda pelos meios, legais, que melhor provier.

Para Távora e Alencar (2014, p. 65): “A defesa pode ser dividida em: (1) defesa técnica (defesa processual ou específica), efetuado por profissional habilitado; e (2) autodefesa (defesa material ou genérica), realizada pelo próprio imputado.”

A defesa técnica é obrigatória para a validade do processo, mesmo que o acusado não tenha condições de constituir profissional habilitado, o Estado deverá disponibilizar advogado para a defesa do réu. Conforme art. 5º LV CF/88. Ainda o art. 133 do mesmo diploma assevera que: “O advogado é indispensável à administração da justiça [...]”. A Suprema Corte também determina que será absolutamente nula a falta de defesa no processo penal, através da Súmula nº 523: “No processo penal, a falta de defesa constitui nulidade absoluta, [...]”. Ainda o STF através da súmula 708 expõe: “é nulo o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro”.

Com base no princípio da ampla defesa o Código Penal determina a nomeação de defensor para oferecimento da resposta à acusação, se o acusado não o fizer no prazo legal, conforme artigo 396 parágrafo 2º, do Código Penal e também artigo 55, parágrafo 3º da Lei de Drogas (11.343/2006).

Em última análise, a autodefesa, aquela feita pelo próprio réu, é mais comum no tribunal do júri onde o depoimento do acusado pode sensibilizar os jurados a ponto de mesmo que cometido o crime o réu ser absolvido.

1.3.2 Princípio do Contraditório

Princípio do contraditório esta presente no fato de a defesa rebater todas as acusações ofertadas contra o acusado, e para que seja possível refutar as acusações o réu deverá conhecer todas as denúncias feitas em seu desfavor.

O princípio do contraditório é positivado no art. 5º da Constituição Federal em seu inciso LV, determina que aos acusados em geral será assegurado o contraditório, com os meios e recursos a ele inerente, objetivando a proteção do direito a liberdade de locomoção.

Fazzalari (2006, p. 122) aduz: “A própria essência do contraditório exige que dele participem ao menos dois sujeitos, um ‘interessado’ e um ‘contra interessado’ sobre um dos quais o ato final é destinado a desenvolver efeitos favoráveis, e, sobre outros efeitos prejudiciais”.

O princípio do contraditório permite que o acusado produza provas, que se manifeste no processo, inclusive fazer perguntas as testemunhas, de modo a influenciar a decisão do juiz.

O ordenamento jurídico no que concerne ao processo penal não admite condenação sem a devida defesa do réu, é o que impõe o artigo 261, do Código de Processo Penal *in verbis*: “Nenhum acusado ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor. Parágrafo único. A defesa técnica, quando realizada por defensor público ou dativo, será sempre exercida através de manifestação fundamentada”.

Também é exemplo da impossibilidade do julgamento sem a devida defesa o artigo 497, inciso V do CPP “São atribuições do juiz presidente do tribunal do júri [...] V- nomear defensor ao acusado, quando considerá-lo indefeso [...]”.

O contraditório tem como um de seus pilares o direito à informação, Távora e Alencar (2014, p. 64-65) expõe dois tipos de contraditório, sendo:

(1) Contraditório para a prova ou contraditório real, que nada mais é do que a atuação das partes de forma contemporânea à produção da prova, cientificando-lhes previamente para o fim de possibilitar a participação ampla na constituição da prova tal como se da com a oitiva de testemunhas, acareações e reconhecimento de pessoas; e (2) contraditório sobre a prova ou contraditório postergado ou diferido, consistente na ciência das partes posteriormente à produção da prova, ou seja, a parte tem oportunidade de se manifestar, mas em momento posterior, em razão do fito de evitar que sejam frustrados os objetivos da formação de prova específica, a exemplo do que ocorre com o deferimento de interceptação telefônica.

Quanto ao contraditório no inquérito policial é tema bastante discutido inclusive já sumulado, no que tange ao sigilo das informações, não faz nenhum sentido que as mesmas, quanto aos procedimentos policiais, sejam ofertadas a defesa antes de serem efetuadas, pois, assim sendo poderia o acusado mascarar elementos de possíveis provas, porém os documentos já colhidos devem submeter-se a publicidade, conforme expõe a súmula vinculante nº 14, *in verbis*:

É direito do defensor, no interesse do representado ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

Pelo apresentado neste tópico, o princípio do contraditório se faz necessário, como medida de justiça, pois garante ao acusado o sentimento de ter seu direito de defesa preservado, tendo o acusado a possibilidade de rebater todas as possíveis matérias suscitadas pela acusação.

1.3.3 Princípio da fundamentação das decisões judiciais

O princípio da fundamentação das decisões judiciais impõe um limite a atuação dos magistrados, quais sejam, os parâmetros legais, trata-se de princípio expresso na Constituição Federal de 1988 no artigo 93 inciso IX, *in verbis*: “todos os julgamentos dos órgão do poder judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade [...]”. Lopes Jr. (2014, p. 154) escreve que:

Só a fundamentação permite avaliar se a racionalidade da decisão predominou sobre o poder, principalmente se foram observadas as regras do devido processo penal. Trata-se de uma garantia fundamental e cuja eficácia e observância legitimam o poder contido no ato decisório.

Távora e Alencar (2014, p. 70) também contribuem neste assunto expondo que: “a fundamentação, no processo penal, deve se apoiar nos elementos produzidos perante o contraditório judicial”.

Coutinho (*apud* LOPES JR. 2014, p. 155), apresenta o objetivo pacificador, do magistrado, quando aduz:

Falar de processo, todavia, é, antes de tudo, é falar de atividade cognitiva: a um juiz com jurisdição que não sabe, mas que precisa saber, dá-se a missão de (mais preciso era dizer poder, com o peso que o substantivo tem) de dizer no caso concreto, com o escopo (da sua parte) pacificador, razão por que precisamos da coisa julgada”

Pelo que foi revelado acima, observa-se que o princípio da fundamentação das decisões judiciais pode ser entendido como um sistema de freios e contrapesos, onde o julgador não poderá pautar suas decisões senão nas normas em vigor, mesmo que em seu íntimo a vontade seja diversa da legislação.

1.3.4 Princípio da imparcialidade do juiz

A imparcialidade do magistrado é condição *sine qua non* o julgador tem a obrigação de manter-se isento de parcialidade para a aplicação da jurisdição para que possa chegar mais próximo possível da “justiça” propriamente dita.

Goldschmidt, (1950, *apud* LOPES JR. 2014, p. 156):

O termo “partial” expressa a condição de parte na relação jurídica processual e, por isso a imparcialidade do julgador constitui uma consequência lógica da adoção da heterocomposição, por meio da qual um terceiro imparcial substitui a autonomia das partes.

A Carta magna de 1988 prevê em seu artigo 5º inciso XXXVII que não haverá tribunal de exceção e no mesmo artigo no inciso LIII que o processo e a sentença terão como titular a autoridade competente. Tendo estas medidas o objetivo de afastar qualquer parcialidade por parte do julgador.

Com a EC nº19/98 e EC45/2004 a carreira de juiz ganhou algumas garantias importantes, seguramente com o intento de garantir maior imparcialidade aos magistrados. O artigo 95 da CF/88 apresenta as seguintes garantias, *in verbis*:

I- vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado; II- inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, na forma do art. 93,VIII; III- irredutibilidade de subsídio, ressalvado o disposto nos arts. 37,X e XI, 39, §4º, 150,II, 153,III e 153,§2º,I.

A isenção do magistrado quanto ao processo é condição essencial para a jurisdição, ou seja, mantendo-se apartado das diligências vestibulares o julgador terá

condições mais favoráveis de julgar imparcialmente a demanda, no magistério de Távora e Alencar (2014, p. 62) é apresentado que:

A imparcialidade- denominada por alguns de “alheabilidade” – é entendida como característica essencial do perfil do juiz consistente em não poder ter vínculos subjetivos com o processo de modo a lhe tirar o afastamento necessário para conduzi-lo com isenção.

Doutrinadores criticam a possibilidade do envolvimento do juiz da causa em apuração do fato delituoso, segundo eles a participação corrompe a imparcialidade. Por outro lado o magistrado toma maior conhecimento a cerca dos detalhes do fato a ser julgado. Lopes Jr. (2014, p. 117). Enfatiza:

A imparcialidade do juiz fica evidentemente comprometida quando estamos diante de um juiz-instrutor (poderes investigatórios) ou quando lhe atribuímos poderes de gestão/iniciativa probatória. É um contraste que se estabelece entre a posição totalmente ativa e atuante do instrutor, contrastando com a inércia que caracteriza o julgador. Um sinônimo de atividade e o outro de inércia.

Com as informações supramencionadas depreende-se que o princípio em tela é de extrema importância para a manutenção e consolidação das garantias que estão expressas na Constituição Federal de 1988.

1.3.5 Princípio da Publicidade

Princípio da publicidade é a ampla divulgação dos atos efetuados pelo poder público, assim sendo, é um dos pilares do Estado Democrático de Direito, pois coloca qualquer do povo como fiscal das ações públicas, inibindo que seus autores atuem de forma a destoar dos objetivos do Estado.

Quanto ao conceito, Lima (2014, p. 67) diz que princípio da publicidade é “garantia de acesso de todo e qualquer cidadão aos atos praticados no curso do processo”. Tal princípio encontra-se estampado no artigo 37 da Carta da República Federativa do Brasil asseverando a obrigatoriedade da observância nos atos públicos.

Em regra os julgamentos do poder judiciário serão públicos, conforme o artigo 93, inciso IX da CF/88, *in verbis*:

Todos os julgamentos do poder judiciário serão públicos, e fundamentados todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em caso nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

O princípio da publicidade pode ser classificado da seguinte forma, segundo a doutrina: Távora e Alencar (2014, p. 71) escrevem que quanto à acessibilidade do ato processual classifica em: “publicidade mediata, é aquela que se dá quando só se tem como tomar ciência dos atos processuais por meio da imprensa, certidão ou cópia; e publicidade imediata: ocorre quando a publicidade dos atos processuais estiver disponível a todos indistintamente”.

Távora e Alencar (2014, p. 71) apresenta que quanto a voluntariedade do conhecimento do ato, pode ser classificada em “publicidade ativa, onde determinados atos do processo chegam ao conhecimento público de forma involuntária, e publicidade passiva: é quando o público procura conhecer o ato.”

Lima (2014, p. 67) divide publicidade em ampla e restrita, “ampla é quando os atos processuais são praticados perante as partes e, ainda, aberta a todo o público, e restrita quando houver alguma limitação à publicidade dos atos do processo.”

Ante ao exposto, nota-se que a regra é a observância do princípio da publicidade, porém, a própria constituição prevê a sua omissão em caso de preservação ao direito à intimidade, conforme artigo 5º, inciso LX CF *in verbis*: “a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem”.

O artigo 93, inciso IX, do mesmo modo, suprime a publicidade em defesa do direito a intimidade, quando determina que:

[...] podendo a lei limitar a presença em, determinados atos, às partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

O Código de Processo Penal também apresenta limitação à publicidade, quando prevê em seu artigo 792, parágrafo 1º, *in verbis*:

Se a publicidade da audiência, da sessão ou do ato processual, puder resultar escândalo, inconveniente grave ou perigo de perturbação da ordem, o juiz, ou o tribunal, câmara, ou turma, poderá, de ofício ou a requerimento da parte ou do Ministério público, determinar que o ato seja realizado a

portas fechadas, limitando o numero de pessoas que possam estar presentes.

Por derradeiro, faz se mister notar que o princípio da publicidade é um importante mecanismo de fiscalização dos atos públicos, funcionando como inibidor das ações efetuadas com ímpeto pessoal sem observância dos objetivos públicos e normas jurídicas vigentes.

Ante ao apresentado neste capítulo, os princípios apresentam-se como verdadeiros balizadores para a efetivação das normas jurídicas e os atos a serem praticados pelos entes públicos.

2 TEMÁTICA JURISDICCIONAL ADVINDA DA LEI nº 12.694/2012

A associação de pessoas para a prática das mais diversas atividades se apresenta muito mais eficiente em relação à qualidade e quantidade, um exemplo claro desta afirmação é o sistema industrial de produção de bens e serviços. No crime essa premissa também é verdadeira, os bandos se formam para o cometimento dos mais diversos delitos, com a divisão de tarefas o intento se torna mais eficaz e a possibilidade de serem descobertos e penalizados, pelos órgãos públicos responsáveis, se torna muito mais difícil.

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DO CRIME ORGANIZADO NO BRASIL

Em que pese à contemporaneidade da lei em comento, os grupos organizados com fim de obter vantagens por meio de crimes, estão presentes na história recente do Brasil.

Seguramente o mais famoso é o grupo conhecido por Cangaço, liderado por Lampião. Atuava no nordeste brasileiro, teve seu auge no século XX, se aproveitando da fragilidade dos órgãos oficiais instituídos das pequenas cidades do sertão nordestino, as invadiam e instituía seu *imperium* durante o tempo que ali estivesse, praticavam homicídios, roubos, furtos, extorsão entre noutros crimes.

Segundo Olivieri, (2014, s.p.) o fim do grupo se deu com a chamada “volante”, forças especiais, formado por soldados temporários e comandados por policiais de carreira. Segundo o professor:

[...] “em 1938, o governo de Alagoas se empenhou na captura de Lampião. Uma volante comandada por João Bezerra conseguiu cercá-lo na fazenda de Angicos, um refúgio no Estado de Sergipe. Depois de vinte minutos de tiroteio, cerca de 40 cangaceiros conseguiram escapar, mas onze foram mortos, entre eles o líder do bando e sua mulher, conhecida como Maria Bonita.”

Com o passar dos anos surgiram outros grupos cada vez mais poderosos financeiramente, como é o caso dos grupos que detinham o jogo do bicho, No Estado do Rio de Janeiro, segundo a revista “super interessante” 2001 edição 166 o jogo do bicho surgiu em 1803, por iniciativa do Barão João Batista Viana Drumont, com intuito de angariar recursos para o zoológico do Rio de Janeiro. Porém, o jogo

nos dias de hoje é ilegal e os recursos são em proveito dos grupos detentores deste jogo, já espalhado por vários Estados da federação.

Nesta seara é indispensável comentar sobre o grupo batizado de Comando Vermelho (CV), organização criminosa especializada no tráfico de drogas e de armas, sediadas nas favelas do Estado do Rio de Janeiro, Segundo o jornal eletrônico “folha *on-line*” “O Comando Vermelho foi criado em 1979, no presídio Cândido Mendes, na Ilha Grande (RJ), a partir do convívio entre presos comuns e militantes dos grupos armados que combatiam o regime militar.” Esta mesma fonte relata que o CV foi responsável pela inclusão do Brasil na rota do tráfico internacional de drogas, quando escreve que o CV:

Surgiu a partir da Falange Vermelha, com o lema “Paz, Justiça e Liberdade” e institucionalizou o mito das organizações criminosas no tráfico do Rio. Os principais fundadores foram Willians da Silva Lima, o “Professor”, Paulo César Chaves e Eucanã de Azevedo.

A cocaína foi a responsável pela grande ampliação do poder do CV, na virada dos anos 70 para os 80. O Brasil entrou definitivamente na rota da droga, como ponto de distribuição para a Europa e como mercado consumidor do produto de baixa qualidade. (FOLHA *ON-LINE*, 2002, s.p.).

No auge o CV chegou a ter cerca de 6.500 homens “trabalhando” diretamente detinha 70% do trafico de drogas do Estado e ainda instalou-se no Estado de São Paulo, todavia, começou a ruir com as brigas internas o que ocasionou um desmembramento surgindo, assim outros grupos como o grupo chamado de Amigos dos Amigos (ADA), Terceiro Comando da Capital, Primeiro Comando Jovem e o Primeiro Comando da Capital, conforme folha *on-line*.

Com as ações do poder público do Estado do Rio de Janeiro, dessa vez com eficiência, enfraqueceu os grupos organizados do Estado através das retomadas dos morros cariocas coma implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) e com as prisões de vários lideres das organizações em penitenciárias federais onde as ordens a serem emanadas aos membros das organizações foram dificultadas.

Grupo que demonstra mais poder atualmente no tocante a influência no poder público, como já citado, este grupo tem origem no CV, porém muito mais organizado, mesmo estando preso o Marcos Camacho, vulgarmente conhecido por Marcola, comandou as ações de dentro do presídio Presidente Venceslau. Segundo reportagem da revista Veja de 14 de julho de 2014, o PCC fatura R\$120 milhões de reais por ano, com roubos estouros de caixa eletrônicos e tráfico de drogas.

No mês de Maio de 2006, o Primeiro Comando da Capital (PCC), instituiu o caos aos presídios do Estado de São Paulo com vinte e nove rebeliões coordenadas, assim como dezenas de ataques a ônibus, prédios públicos, membros da segurança pública e da justiça, fez com que as autoridades públicas realizassem acordo com os líderes da organização, demonstrando a fragilidade do sistema jurisdicional brasileiro.

Outro fato que demonstra o poder bélico de algumas organizações criminosas foi o assassinato de Jorge Rafaat Toumani, suposto chefe da maior quadrilha de narcotraficantes da fronteira entre Brasil e Paraguai, mesmo em carro blindado e escolta fortemente armada a vítima foi alvejada por disparos de arma de fogo, tipo metralhadora de calibre .50, capaz de derrubar helicóptero. O crime está sendo imputado ao Primeiro Comando da Capital em conluio ao Comando Vermelho. Segundo o jornal BBC Brasil. O fato ora comentado emerge o poder de fogo que estes grupos ostentam, as armas utilizadas por eles nem as polícias têm.

Contemporaneamente destacam-se no cenário midiático nacional as organizações criminosas atuantes na administração pública, especializada em crimes de peculato, lavagem de dinheiro entre outros, como demonstra o julgamento do chamado “mensalão”. Na Ação 470 de Minas Gerais o Procurador-Geral da República narrou, na denúncia, como sendo uma “sofisticada organização criminosa, dividida em setores de atuação, que se estruturou profissionalmente para a prática de crimes como peculato, lavagem de dinheiro, corrupção ativa, gestão fraudulenta, além das mais diversas formas de fraude” (fls. 5621).

Quanto ao Estado de Rondônia a realidade é que apresenta casos de crimes com, autoria de organizações criminosas, são exemplos os estouros a caixas eletrônicos, no estilo “novo cangaço” e o tráfico de drogas oriundas da Bolívia, país que é um dos maiores produtores de cocaína do mundo e faz fronteira com o Estado. Usualmente os criminosos roubam veículos automotores na região e as trocam por drogas e armas naquele país, conforme demonstra o *habeas corpus* número 0008497-92.2015.8.22.0000 com processo de origem número 0004559.44.2015.8.22.0015 de Guajará-Mirim/ RO.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, no dia 29/09/2015, quando conduzia uma motocicleta Honda Biz, originada de crime precedente de roubo ocorrido da cidade de Ariquemes, tendo ele confessado perante a autoridade policial que está a segunda vez que transportava motocicleta para Guajará-Mirim, com objetivo de atravessar

para o país vizinho (Bolívia). Destaca-se, ainda, que juntamente com ele foi preso outro Anderson Ferreira da Silva, também transportando outra motocicleta proveniente de roubo, também ocorrido na cidade de Ariquemes. Diferente do paciente, seu comparsa foi reconhecido por uma vítima, como sendo um dos assaltantes. O juízo a quo prestou as informações, de onde não há dúvidas de que o paciente foi preso por estar envolvido no transporte de veículos furtados/roubados, que são levados para a Bolívia, onde são vendidos por receptadores bolivianos ou trocados por cocaína, em atividade típica de crime organizado.

O julgado acima narrado demonstra que mesmo em Estados menores o crime organizado esta presente, no caso de Rondônia é constante furto e roubos de veículos para serem trocados por drogas e armas na Bolívia, conforme as informações apresentadas.

2.2 DO CONCEITO DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

O conceito de organização criminosa vem se modificando com o tempo, de acordo com a Lei 12.850/2013, artigo 1º *in verbis*:

Considera-se organização criminosa a associação de quatro ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cuja as penas máximas sejam superior a quatro anos, ou que sejam de caráter transnacional.

O conceito acima exposto não coaduna com o apresentado em outros diplomas como é o caso da Convenção de Palermo apresentou, no art. 20, o conceito de organização criminosa como todo: “grupo estruturado de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando concatenadamente com o fim de cometer infrações graves, com a intenção de obter benefício econômico ou moral”.¹

A Lei 12.694/2012 apresenta conceito diverso da Lei das Organizações Criminosas *in verbis*: Artigo 2º

Para os efeitos desta Lei, Considera-se organização criminosa a associação de três ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de crimes cuja as penas máximas sejam igual ou superior a quatro anos, ou que sejam de caráter transnacional.

¹(RHC 105791, Relator (a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 11/12/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-022 DIVULG 31-01-2013 PUBLIC 01-02-2013).

Observa-se que o conceito supracitado é mais abrangente, e tem o escopo de inibir o cometimento desta modalidade de crime. Outro diploma que determina o conceito desta modalidade de

O Código Penal tipifica o crime como associação criminosa em seu artigo 288, *in verbis*:

Associarem-se três ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes: pena reclusão de um a três anos. Parágrafo único: a pena aumenta-se até a metade se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente.

Nucci (2015, p. 69) ensina que o conceito de organização criminosa foi alterado com a publicação da Lei 12.850/2013, o renomado doutrinador apregoa que:

Com advento da Lei 12.850/2013, alterou-se o conceito de organização criminosa, repercutindo na Lei 12.694/2012. Afinal não pode haver dois conceitos diversos sobre o mesmo tema: organização criminosa. Diante disso, prevalece o disposto na lei mais recente, que fixa o número mínimo de quatro pessoas para formação de organização criminosa.

Ante ao ensinamento de Nucci pode-se interpretar que a pena também deverá obedecer ao disposto na Lei 12.850/2013, qual seja a de quatro anos a cima.

Corroborando no mesmo sentido Pacelli (2015, p. 830) aduz: “para nós, deve prevalecer apenas um deles, o último, emprestando eficácia revogatória ao conceito contido no artigo 1º da Lei 12.850/2013, que por ser posterior, haverá de prevalecer para todos os fins de direito”.

Conforme as informações supramencionadas entende-se que o conceito da Lei 12.850/2013 é a que esta em vigor atualmente, por ser a última a vigorar e pelo princípio da especialidade.

2.3 ASPECTOS HISTÓRICOS DA LEI 12.694 DE 2012

O homicídio que teve como vítima a juíza Patrícia Lourival Acioli, titular da 4ª Vara Criminal do município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, segundo investigações, foi praticado por integrantes da organização criminosa denominada de “Milícia”, este formado por ex-policiais militares, que em ação legítima tomaram algumas favelas do poder de criminosos, porém passaram a atuar extorquindo os

comerciantes e moradores sob a promessa de segurança, conforme reportagem do jornal eletrônico G1, edição de 10 de agosto de 2014.

A revista “Veja” publicou em 02 de Outubro de 2011 uma reportagem que deu vistas a fragilidade em que se encontravam os magistrados à época, quanto a segurança pessoal, segundo a revista a juíza Patrícia Acioli era escoltada diariamente por policiais militares cedidos que ficavam a disposição da magistrada, porém ao determinar prisões de policiais militares acusados de execução, a escolta policial foi suprimida, já que a disposição dos militares não tinha caráter oficial, era apenas um favor por parte do comandante do 7º Batalhão em que os policiais eram lotados. Mesmo sofrendo ameaças a juíza não obteve segurança oficial do Tribunal de Justiça.

O fato ora narrado deu ensejo a promulgação da Lei nº 12.694/2012, também conhecida como Lei Patrícia Acioli, com escopo de propiciar maior segurança aos juízes e membros do Ministério Público, incumbidos de processar e julgar integrantes de organizações criminosas.

Apesar de a lei ter sido publicada apenas um ano após a morte da juíza Patrícia Acioli, já tramitava no congresso a cinco anos, o projeto de lei (PL 2057/2007) apresentado pela Associação dos Juízes Federais (AJUFE), sofreu várias alterações, segundo, Valter Nogueira Alves, presidente do sindicato dos servidores das justiças federais do Estado do Rio de Janeiro em publicação no *site* jusbrasil.

2.3.1 Da Lei nº 12.694/2012

Como já informado a lei em comento tem o escopo de propiciar maior segurança aos magistrados e membros do Ministério Público, que tenha a obrigação funcional de efetuar a jurisdição nos processos que tem como réu membro do crime organizado. Com este objetivo a referida Lei trouxe algumas novidades a serem implementadas. Quais sejam:

a) A faculdade ao magistrado de primeiro grau de formar, através de sorteio eletrônico, um colegiado de três juízes, o da causa e outros dois juízes de primeiro grau, para a prática de qualquer ato do processo, em um rol exemplificativo delineia alguns atos: I) decretação de prisão ou de medidas assecuratórias; II) concessão de liberdade provisória ou revogação de prisão; III) prolação de sentença; IV) concessão

de progressão ou decretação de progressão de regime de cumprimento de pena; V) concessão de liberdade condicional; VI) transferência de preso para estabelecimento prisional de segurança máxima; e VII) inclusão do preso no regime disciplinar diferenciado.

b) As reuniões poderão ser sigilosas ou por meio eletrônico e ainda o voto divergente, se houver, não será publicado. Tudo no artigo 1º e seus parágrafos da Lei nº 12.694/2012;

c) O artigo 2º trás o conceito de organização criminosa:

A associação de três ou mais pessoas, estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com o objetivo de obter direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de crimes cuja pena máxima seja igual ou superior a 4 anos ou que seja de caráter transnacional.

d) Permite que os tribunais tomem medidas para implementar a segurança nos prédios da justiça, tais como a instalação de câmeras de monitoramento detectores de metais e porte de armas de fogo a alguns integrantes do tribunal de justiça, que esteja em exercício de segurança.

e) Autoriza a alienação antecipada dos bens, para a preservação do valor se estes estiverem se deteriorando.

f) Em caráter excepcional aprova a utilização de placas especiais de modo a impedir a identificação de seus usuários em veículos utilizados em serviço pelos membros do poder judiciário e do Ministério Público.

g) Estabelece a escolta policial as autoridades judiciárias, os membros do MP e de seus familiares.

Da Lei 12.694/2012 entende-se que a competência para a formação de colegiado em primeiro grau de jurisdição é do juiz da causa, sendo este ato opcional, desde que indique os motivos e circunstâncias que acarretam risco a integridade física do juiz, e que este risco seja proveniente das ações de organizações criminosas, conforme conceito editado nesta lei.

No magistério de Távora e Alencar, (2014, p. 349) pode ser compreendido que a decisão pela formação do colegiado é discricionário quanto a conveniência e oportunidade e vinculado quanto a fundamentação, segundo eles:

[...] pode-se dizer então que a formação do colegiado em primeiro grau de jurisdição é: (1) discricionária: quanto a aferição da conveniência e oportunidade de instaurar o incidente, uma vez verificadas as condições exigidas na lei; (2) vinculada: quanto à fundamentação da decisão, que deve demonstrar, objetivamente, que foram preenchidos os requisitos para a instauração do incidente.

A lei estabelece que o órgão correicional seja comunicado da decisão de estabelecer o colegiado, não faz menção a qualquer autorização, assim entende-se que a formação ou não do colegiado é ato discricionário exclusivamente do juiz vestibular da causa.

A duração e a competência do colegiado dependerão do ato a qual foi convocado, que poderá ser para apenas um ato ou até mesmo para o processo todo, é o que é entendido do artigo 1º, parágrafo 3º da Lei 12.694/2012 *in verbis*: “a competência do colegiado limita-se ao ato para o qual foi convocado”.

As reuniões poderão ser sigilosas, com as exigências de que haja risco de que a publicidade resulte em prejuízo à eficácia da decisão judicial. Conforme artigo 1º parágrafo 4º que estabelece: “que tenha fundado receio que a publicidade gere prejuízo à eficácia da decisão”.

As decisões serão fundamentadas e tomadas por maioria de votos e se por ventura houver voto divergente não será publicado. Távora e Alencar (2014, p. 350) apresentam justificativas a esta omissão, quando a aduz:

[...] partindo o legislador da ilação de que a divulgação de divergência esvaziaria o objetivo da lei que é a de conferir proteção aos juízes ameaçados em razão da função jurisdicional, pela desconcentração da responsabilidade pela atividade jurisdicional através do exercício conjunto por três membros.

Considerando que o colegiado poderá ser formado por juízes de comarcas distintas, as reuniões poderão ser realizadas eletronicamente, é o que estabelece o artigo 1º, parágrafo 5º “A reunião do colegiado composto por juízes domiciliados em cidades diversas poderá ser feita pela via eletrônica.”. Távora e Alencar (2014, p. 351) aprovam esta medida expressando que: “Trata-se de providência salutar, que observa a tendência de informatização do processo judicial e da utilização de meios digitais, perfeitamente possível com o uso de tecnologia segura e adequada aos propósitos legais”.

Apenas o fato das reuniões serem por vídeo conferência ou outro meio eletrônico não acarreta prejuízos ao processo, tão pouco ao réu, não sendo observado qualquer motivo para o impedimento do uso deste recurso tecnológico.

Quanto a segurança individual a lei estabelece que se havendo alguma situação de risco decorrente do exercício da função, o fato será comunicado à autoridade policial que avaliará a necessidade da proteção pessoal. O que não ficou bem claro é quem determinará a escolta policial se a autoridade judiciária ou a autoridade policial, e também se a autoridade policial entender que não é passível de escolta e a autoridade judiciária entender o contrário.

2.3.2 Da Lei Patrícia Acioli e do juiz sem rosto

A promulgação da Lei nº 12.694/2012 suscitou comparações com a figura do juiz sem rosto, e mais, alguns confundem a lei em comento como sendo o próprio juiz sem rosto, exemplo disso é a publicação do jornal “G1” de 17 de outubro de 2013 que diz: “Para proteger magistrados, o TJMT institui o juiz sem rosto em processos” referindo-se a Lei nº 12.694/2012.

A figura do juiz sem rosto é um método que foi utilizado em países como Colômbia, Peru e Itália. Consiste em ocultar a identidade do juiz que proferiu a sentença.

Na Colômbia foi instituído tal sistema, tendo em vista que o Estado perdeu o controle e o crime organizado passou a ter muito poder, exemplo disso é o acontecimento ocorrido na suprema corte daquele país, onde um grupo denominado de M-19 invadiu o palácio da justiça e cometeu vários homicídios, conforme jornal “O Estado de São Paulo”, (2015, s.p.).

BOGOTÁ 30 anos, guerrilheiros do movimento 19 de Abril (M19) invadiram o palácio de justiça em Bogotá na Colômbia. Na ocupação que durou dois dias, 98 pessoas morreram, entre elas 11 juízes da suprema corte daquele país em um dos episódios mais sangrentos do conflito na Colômbia.

Ocorre que a Lei 12.694/2012 não apresenta as mesmas características da figura do juiz sem rosto, este oculta totalmente a identidade do prolator da sentença enquanto que aquele expõe a identidade dos juízes prolores da sentença, os

quais assinarão a mesma, o que ficará omissa é apenas o voto divergente, assim como qual dos juizes o prolator.

Antes mesmo da Lei Patricia Acioli, o Estado de Alagoas instituiu a 17ª Vara Criminal pela Lei nº 6.806/2007, a qual possibilitava a formação de colegiado, com cinco juizes, em primeiro grau de jurisdição, para julgamento de crimes oriundo de organização Criminosa.

A OAB entendendo que a referida lei era inconstitucional ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade, alegou se tratar de tribunal de exceção, também a incompetência do Estado para legislar em matéria de Direito Processual Penal, entre outros, acontece que o pleno do STF a julgou constitucional, entenderam a maioria pela necessidade de proteger os magistrados contra atos que pudessem interferir na formação da convicção do julgador, conforme ADI nº 4414 AL.

3 DA (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA LEI 12.694/2012

A Lei 12.694/12 apresenta características que sugerem discussões em relação a sua constitucionalidade material, sendo o mais presente nos debates o art. 1º, § 6º onde o possível voto divergente é omitido, neste capítulo serão apresentados os pontos divergentes na doutrina, assim como, as opiniões de alguns doutrinadores.

3.1 CONCEITO DE (IN)CONSTITUCIONALIDADE

A Constituição Federal, entendida como norma superior, não poderá ser afrontada por uma lei sob pena de invalidade da mesma perante o ordenamento jurídico. Sobre o tema controle de constitucionalidade, Capelletti (2007, *apud* BARROSO, 201, p. 27), em sua obra *O controle de constitucionalidade e a Lei 9.868/99*, ensina: “uma das grandes descobertas do pensamento moderno foi a constituição, entendida como lei superior, vinculante até mesmo para o legislador”.

As Constituições Federais têm por finalidade pautar os limites das normas infraconstitucionais. Quaisquer lesões às normas constitucionais darão ensejo ao mecanismo de controle de constitucionalidade. A doutrina e a jurisprudência entendem que, no Brasil, a lei que for julgada inconstitucional pela suprema corte é nula de pleno direito, de modo que, declarada a sua inconstitucionalidade todos os atos já realizados serão inválidos. Conforme o art. 28 da Lei 9.868/1999 (Lei de Ação Direta de Inconstitucionalidade), in verbis:

A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual ou municipal.

A inconstitucionalidade pode ser formal ou material. A inconstitucionalidade formal é declarada quando há vício na forma, ou seja, a inobservância à regra de competência ou processo legislativo próprio, em relação a produção do ato.

A inconstitucionalidade material é observada quando existe incompatibilidade de conteúdo entre a lei ou ato normativo com a constituição, momento em que a lei a ser implementada passa a violar os princípios ou as normas propriamente ditas.

Sendo verificada a inconstitucionalidade seja formal ou material produz o mesmo efeito jurídico, qual seja a invalidação da norma de imediato, assim como qualquer efeito produzido pela lei inconstitucional.

Constitucionalidade da lei é a perfeita integração entre a norma infraconstitucional com os preceitos constitucionais, de modo a garantir a estabilidade constitucional do país. Se faz mister registrar palavras de Kelsen: “o texto constitucional explicita, consoante o seu sentido literal e subjetivo, que as leis devem ser elaboradas de um certo modo a e que hão de ter, ou não, determinado conteúdo inobservância de regras de índole procedimental ou material” (2010, p.1558).

3.2 CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

A Constituição Federal de 1988 apresenta a forma mista de controle de constitucionalidade, ou seja, controle difuso e controle abstrato. Ambos com o objetivo de impedir que normas que não coadunam com a constituição pátria possam ser executadas no país. A CF/88 prevê os seguintes modos de controle de constitucionalidade.

3.2.1 Controle Difuso

Controle difuso apresenta a possibilidade das partes e do Ministério Público alçar a inconstitucionalidade e ainda qualquer juiz deixar de aplicá-la e ao tribunal declarar a inconstitucionalidade dos atos normativos ou mesmo de leis. Como ensina Streck (2002, p. 361):

Pelo controle difuso de constitucionalidade, permite-se que, no curso de qualquer, ação seja arguida/ suscitada a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, podendo ser tanto municipal, estadual ou federal.” Qualquer das partes pode levantar a inconstitucionalidade, assim como também o Ministério Público e, de ofício, pelo Juiz da causa.

No controle difuso qualquer dos envolvidos na lide tem a faculdade de arguir a inconstitucionalidade da lei ou ato normativo inserido naquela demanda.

3.2.2 Controle Abstrato

Controle abstrato é aquele onde o Supremo Tribunal Federal–STF é competente para processar e julgar ações autônomas, que apresentem indícios de inconstitucionalidade.

O Controle abstrato se utiliza dos seguintes instrumentos para análise de constitucionalidade: I) Ação Direta de Inconstitucionalidade; II) Ação Direta de Constitucionalidade; III) Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão; IV) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Passamos a fazer uma análise dos instrumentos acima mencionados.

3.2.2.1 Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

A Ação Direta de Inconstitucionalidade é o modo pelo qual se destina à declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, conforme Lei 9.868/99, que prevê a figura do *amicus curiae*, assim como, as audiências públicas.

As ações Diretas de Inconstitucionalidade produzem eficiência *ex tunc*, *erga omnes* e força vinculante. Conforme Mendes (2012, p. 631)

As decisões proferidas em ADI possuem eficácia *ex tunc erga omnes* e efeito vinculante para todo o Poder Judiciário e para todos os órgãos da Administração Pública, direta e indireta. Ressalta-se que o efeito vinculante não abrange o Poder Legislativo.

A CF/88 no artigo 103 prevê os legitimados a propor as ADI e ADC em seu art. 103 quais sejam: I- Presidente da república; II- Mesa do Senado Federal; III- Mesa da Câmara dos Deputados; IV - Mesa da Assembleia Legislativa ou Câmara Legislativa do Distrito Federal; V - Governador de Estado ou do Distrito Federal; VI- Procurados Geral da República; VII - Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VIII- partido político com representação no Congresso Nacional; IX- confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Deste modo declarada a inconstitucionalidade a lei ou norma não surtirá efeito no ordenamento jurídico.

3.2.2.2 Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC)

Como o próprio nome já induz é a ação que propicia a afirmação de que a lei não confronta a constituição em vigor. O artigo 102 da CF/88 estabelece o STF como competente para apreciar o ADC e o artigo 103 também da CF/88 estabelecem os legitimados, acima mencionado. Por fim a ADC tem o intento que a lei não seja objeto de novo questionamento.

De acordo com o artigo 13 da Lei 9.868/19 os legitimados a propor a ADC são: Presidente da república, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa do Senado Federal, o Procurador Geral da República.

3.2.2.3 Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO)

É a ferramenta apta a propiciar a eficácia de alguma norma da constituição que necessita de complementação, sejam por lei complementar ou até mesmo atos administrativos.

A ADO foi idealizada para instigar o Poder Judiciário a declarar a demora na elaboração da lei complementar, necessária à efetivação da norma constitucional. Os legitimados estão expressos no artigo 103, inciso I a IX da CF/88.

3.2.2.4 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)

AADPF tem aspecto subsidiário, quando nenhum dos outros instrumentos de controle de constitucionalidade puder ser usado, lançara mão da ADPF.

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental esta consignada no artigo 102, parágrafo 1º da CF/88 “A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal na forma da lei.”

A ADPF tem o condão de impedir ou reparar lesão aos mandamentos constitucionais seja por ato do poder público. Por ato normativo municipal, estadual ou federal que foram implantados antes da CF/88, mas que aparentam incompatibilidade com a carta magna, é o que se deduz do artigo 1º da Lei 9.882/1999, *in verbis*:

Art. 1º A arguição prevista no §1º do artigo 102 da Constituição Federal será proposta perante o Supremo Tribunal Federal, e terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público. Parágrafo único. Caberá também arguição de descumprimento de preceito fundamental: I- quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores a constituição;

As leis ou atos normativos que de algum modo esteja em desacordo com os preceitos fundamentais será expurgado do ordenamento jurídico através da ADPF, desde que seja anterior a Constituição Federal de 1988, ou seja, não recepcionado.

3.3 DAS DIVERGÊNCIAS DOUTRINÁRIAS SOBRE A LEI Nº 12.694/2012

Esta lei é campo fértil para debates quanto a sua constitucionalidade, a proteção a integridade física dos magistrados, a preservação da jurisdição imparcial contrapondo-se a garantias e princípios constitucionais.

A lei em análise apresenta o objetivo imediato de salvaguardar a integridade física das autoridades judiciárias. Em uma análise panorâmica demonstra o objetivo mediato e mais amplo qual seja ade blindar a jurisdição, pois um julgador amedrontado não terá condições de dizer o direito ao fato concreto de forma imparcial e de acordo com sua convicção, podendo ceder a ameaças e prolatar sentença desarrazoada para proteger sua família, por exemplo.

Mesmo apresentando boas medidas no intuito proteger a jurisdição o referido diploma suscitou divergências doutrinárias no tocante a sua constitucionalidade.

O principal procedimento autorizado pela Lei nº 12694/2012 é a formação do colegiado no primeiro grau de jurisdição e é a que provocou as maiores discussões doutrinárias, quanto à inobservância do princípio do juiz natural, do contraditório, da fundamentação das decisões judiciais, da ampla defesa e da publicidade.

Na visão de do processualista Lopes Jr. (2014, p. 338) a formação do colegiado em primeiro grau de jurisdição é no mínimo duvidoso quanto a sua inconstitucionalidade, pois segundo ele pode representar a transgressão do princípio do juiz natural. Demonstrado em livro de sua autoria:

[...] na medida em que pode representar a violação da garantia do juiz natural. Isso porque o órgão julgador tem que ser definido previamente à prática do crime. Ou seja, é a garantia de ser julgado por um juiz cuja competência é preestabelecida em lei e não por um colegiado *ad hoc*, ou seja, para aquele ato procedimental, conforme a discricionariedade de um

outro juiz. Trata-se de uma medida de duvidosa constitucionalidade, no mínimo.

Por sua vez Pacelli (2014, p. 278) deixa claro que não vê inconstitucionalidade no tocante ao princípio do juiz natural, expondo o seguinte:

Em princípio, e desde que respeitadas as regras estabelecidas na Lei nº 12.694/12, a jurisdição colegiada ali instituída nada tem de inconstitucional, relativamente a suposta violação do juiz natural, na perspectiva da vedação do juízo ou tribunal de exceção (art.52,XXXVII).

Távora e Alencar (2014, p. 352) também são adeptos da constitucionalidade do colegiado em primeiro grau de jurisdição com base na interpretação conforme a constituição. Asseveram que:

[...] só em casos excepcionais que o colegiado é instituído, de forma motivada, quando presente os requisitos legais. Há um controle correicional a respeito. Nessa senda, o princípio do juiz natural não é ofendido pela formação do colegiado a partir de regras rígidas.

O princípio do juiz natural assegura que a demanda será julgada por juiz imparcial e impede que se institua o tribunal de exceção, o colegiado no primeiro grau de jurisdição não evidencia a lesão a estas normas.

Também interpretou constitucional, Brasileiro (2014, p. 518) asseverando que:

Assentada a constitucionalidade da formação de um órgão colegiado para o processo e julgamento de crimes praticados por organizações criminosas, conclui-se que, até mesmo como forma de se preservar a independência de cada um dos julgadores, não deve haver menção ao voto divergente de qualquer um de seus integrantes. Afinal, fosse obrigatória a menção individualizada de cada um dos votos, esvaziar-se-ia o próprio escopo da criação de um colegiado. Como não deve haver referência a votos divergentes, o conteúdo da decisão tomada no colegiado não pode ser imputado a um único juiz. Isso torna difusa a responsabilidade de seus membros, o que acaba por mitigar alguns riscos inerentes ao processo e julgamento de crimes praticados por organizações criminosas.

A vedação a publicação do voto divergente é outro tema que causa controvérsias, há os que entendem que em nada prejudica a defesa e outros que impõem severas críticas. Segundo Távora e Alencar (2014, p. 353) existem três orientações a esse respeito:

A primeira sustenta a inconstitucionalidade total da previsão, seja porque não há publicidade da fundamentação do voto divergente, seja porque não

se indica o membro que divergiu. O acusado teria direito de saber tanto quem divergiu, para aferir a coerência da posição do membro relativamente a casos análogos, quanto os motivos da discrepância, para fundamentar eventual recurso. A ausência da publicidade daria causa à inconstitucionalidade por violação a regra do art. 93, IX, da Constituição, estatui que as decisões do Poder Judiciário sejam fundamentadas e públicas, bem como acarretaria prejuízo ao direito de recorrer do acusado, tendo em vista o cerceio de tomar nota de fundamentos aptos para arrazoar eventual recurso.

Neste sentido Lopes Jr. (2014, p. 340) tece pesadas críticas, defende ser direito do acusado e de quem se interessar deter acesso a integralidade dos votos do colegiado sem a qual fere o artigo 93, inciso IX da Constituição. Segundo ele:

Aqui andou muito mal o legislador. É direito das partes terem integral conhecimento da decisão de cada um dos membros do colegiado e de todos os fundamentos utilizados, para acolher ou rechaçar o pedido. Decorre da garantia da motivação das decisões previsto no art. 93, IX, da Constituição. De nada serviria o mandamento constitucional de que “todas as decisões devem ser fundamentadas” se as partes não tivessem amplo acesso à fundamentação. Ademais determina o mesmo dispositivo legal que “todos os julgamentos serão públicos.” Mais que uma mera publicidade do ato, no sentido de acessibilidade física, o que está determinando a Constituição é a possibilidade do conteúdo do julgamento.[...] Não há como conciliar a garantia constitucional com essa “ocultação” do voto divergente.

A segunda orientação, segundo Távora e Alencar (2014, p. 353) protege a constitucionalidade no que se trata da omissão da identidade do juiz divergente, porém, o conteúdo do voto deverá ser publicado. Conforme menção abaixo:

A segunda posição, intermediária, defende que não há inconstitucionalidade quanto a preservação da identidade do juiz vencido, devendo, todavia, ser publicado o conteúdo do seu voto para conferir transparência às decisões tomadas majoritariamente pelo colegiado e dar eficácia ao direito de recorrer.

No ensinamento de Pacelli (2014, p. 852) denota-se que é partidário da segunda orientação segundo ele o juiz divergente poderá ser suprimido, nunca o teor do voto. Assim assevera:

E se conclui inevitavelmente, pela inconstitucionalidade daquela que prevê a supressão da “referência a voto divergente de qualquer membro” (art. 1º, § 6º). [...] O que se pode aceitar, na medida em que justificada até mesmo pela instauração do Colegiado, é anão referência ao nome do juiz divergente, por razões de ampliação da proteção. Jamais, porém, o conteúdo de seu voto, esteja ele em que direção estiver.

A terceira orientação, ainda com base em Távora e Alencar, ratifica os efeitos da lei, entendem que não há inconstitucionalidade e que o voto assim como o votante deve ficar omissos no caso de divergência. Távora e Alencar (2014, p. 353) mencionam:

A terceira corrente aviva que não há inconstitucionalidade na previsão de que na sentença não deve haver menção a voto divergente. Pensamos que essa é a orientação mais acertada, por mais de uma razão. Em primeiro lugar, a divulgação do voto divergente retiraria a eficácia do objetivo da lei que é a de diluir a responsabilidade, atribuindo-a conjuntamente a três membros. Em outros termos, o conhecimento da discrepância de um dos membros poderia reduzir a eficácia da lei de conferir segurança ao magistrado ameaçado. Em segundo lugar o conhecimento do voto divergente não ampliaria para o acusado o seu direito de recorrer, pois não cabem contra as decisões do juízo de primeiro grau embargos de divergência ou de nulidade. Em terceiro lugar, o juízo segue o procedimento do juízo singular, não sendo cabível tratar o colegiado de primeiro grau da mesma forma como funcionam os órgãos colegiados dos tribunais.

Távora e Alencar defendem a terceira orientação, no qual, o teor do voto e a identidade do juiz divergente devem ser omitidos para garantir a eficácia da lei. É o modo mais rigoroso e o que gera as maiores divergências, tendo em vista que a total omissão, na visão de muitos estudiosos do direito cerceia a ampla defesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que foi apresentado no decorrer do trabalho se faz mister enfatizar o peso dos princípios constitucionais no ordenamento jurídico, e principalmente no que se refere a Lei 12.694/2012, assim como a possível (in)constitucionalidade do diploma ora citado com objetivo maior de preservar a jurisdição.

Os princípios têm a responsabilidade de estabilizar as normas jurídicas e evitar que eventos pontuais, que gerem grande comoção social, possam alterar a conjuntura do sistema jurídico nacional. Princípio entendido como alicerce, como base indicando que as mudanças na legislação devem seguir os parâmetros principiológico. Neste trabalho, foi interpretada a expressão “princípio” como norma.

Com base no dever jurisdicional do Estado foi analisada a Lei Patrícia Acioli contrapondo-se a necessidade de salvaguardar a jurisdição através da proteção aos profissionais responsáveis pela justiça estatal, e os direitos e garantias constitucionais inerentes ao réu.

A lei em comento é o resultado da ação do Estado contra a evolução da criminalidade. O crime organizado é um verdadeiro câncer na vida em comunidade, pois, tem muita força e age sem qualquer limitação e quem tem o dever de combatê-los, as forças públicas, são extremamente limitadas pela legalidade, tornando assim uma luta sem paridades de armas.

No decorrer do trabalho ficou claro que a Lei, objeto deste trabalho, não é unanimidade, há os entendem pela inconstitucionalidade material, no tocante a lesões a princípios constitucionais, como é o caso dos renomados doutrinadores Eugênio Pacelli e Aury Lopes Junior. Estes doutrinadores tecem severas críticas ao diploma ora estudado, deixando bem claro, no entendimento destes pela inconstitucionalidade da referida lei, no tocante a supressão da “referência a voto

divergente de qualquer membro” (art. 1º, § 6º) não coadunam com as omissões da lei.

Entre os que remam em sentido oposto estão Nestor Távora, Rosmar Rodrigues Alencar que expõem em obra conjunta, o entendimento pela constitucionalidade da referida lei, além de Renato Brasileiro que tem o mesmo entendimento.

O estado tem a obrigação de se mostrar forte frente aos que possam ofender a ordem pública no convívio em coletividade, pois, este é o acordo com o fim da autotutela. E esta lei vem com este propósito, ou seja, fazer com que o Estado possa exercer com efetividade e imparcialidade a jurisdição. Igualmente, não pode com o objetivo de proteger os magistrados ceifar direitos e garantias individuais dos acusados.

Depreende-se de tudo o exposto que a lei apesar de ser um tímido avanço para o combate ao crime organizado. No tocante ao artigo 1º, parágrafo 6º, omissão ao voto divergente, é inconstitucional, tendo em vista que fere os princípios da publicidade, da fundamentação das decisões judiciais, conforme o artigo 93, inciso IX da Carta Magna, do contraditório da ampla defesa e do juiz natural, levando em consideração que a omissão ao teor do voto divergente dificulta a ampla defesa, se considerar que o conteúdo do voto vencido poderá convencer o colegiado em possível recurso interposto à instância superior.

A divulgação do conteúdo do voto divergente não mascara o objetivo da lei, a preservação da integridade física dos magistrados, e possibilita ao réu a plenitude da ampla defesa, deste modo à publicação do teor do voto divergente, sem a divulgação do prolator do mesmo, possibilitaria a ampla defesa, contudo não colocaria em risco a integridade física do julgador.

Por derradeiro a Lei 12.694/2012 é inconstitucional, pela omissão do teor do voto divergente e não pela ocultação do juiz divergente, pois o fato de não saber quem é o juiz com voto vencido não obsta a defesa.

Ante a pesquisa realizada pode-se afirmar que o cerceamento de defesa do acusado não resolve a problemática da criminalidade em geral. O que deve ser feito é um maciço investimento técnico e pessoal, com maior rigorosidade na admissão dos profissionais em segurança pública, em educação e no judiciário. Ainda um plano de carreira que atraia os melhores profissionais em cada área, assim como

fiscalização e conseqüentemente punições adequadas para eventuais equívocos destes servidores.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Valter Nogueira. **Sancionada a Lei 12.694 (PI 2057/07) com autorização de porte de arma para servidores da área de segurança judiciária.** Disponível em: <<http://sisejufe-rj.jusbrasil.com.br/noticias/100014838/sancionada-a-lei-12694-pl-2057-07-com-autorizacao-de-porte-de-arma-para-servidores-da-area-de-seguranca-judiciaria>>. Acesso em: 15 maio 2016.
- BARROS, Francisco Dirceu. **Direito Penal.** 4. ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2009.
- BITTAR, Eduardo. **Curso de Filosofia do Direito.** São Paulo: Atlas. 2005.
- BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil.** ed. Senado federal 2009/2010.
- BRASIL. Lei 11.343 de 23 de Agosto de 2006. **Vade mecum Rideel**, 2013.
- BRASIL. Lei 12.694/2012 de 24 de julho de 2012. **Vade mecum Rideel**, 2013.
- BRASIL. Lei 9.868 de 10 de Novembro de 1999. **Vade mecum Rideel**, 2013.
- BRASIL. Lei 9.882 de 3 de Dezembro de 1999. **Vade mecum Rideel**, 2013.
- CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo.** 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.
- DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito processual Civil.** Salvador: Juspodvm, 2000.
- ESTADÃO. **Tomada do palácio de justiça de Bogotá completa 30 anos.** Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,tomada-do-palacio-de-justica-de-bogota-completa-30-anos,1791746>>. Acesso em: 08 jun. 2016.
- FAZZALARI, Elio. **Instituições de direito processual.** Tradução: Elaine Nassif. Campinas: Bookseller, 2006.
- FOLHA ONLINE. **Tráfico no Rio: Organização nasceu do convívio com grupos de combate ao regime militar.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/traficonorio/faccoes-cv.shtml>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

GLOBO. **Fantástico**: *Ex-miliciano revela funcionamento de milícia do Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/08/ex-miliciano-revela-funcionamento-de-milicia-do-rio-de-janeiro.html>>. Acesso em: 14 mai. 2016.

HANS, kelsen. **Teoria Geral do Direito e do Estado**. Tradução Luis Carlos Borges. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KAWAGUTI, Luis. **Conflito entre traficantes brasileiros e paraguaios se intensifica na fronteira**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36556336>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

LEITÃO, Leslie. **Como a juíza Patrícia Acioli se tornou a inimiga número um da quadrilha do coronel Claudio**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/como-a-juiza-patricia-acioli-se-tornou-a-inimiga-numero-um-da-quadrilha-do-coronel-claudio>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

LIMA, Renato Brasileiro. **Manual de Processo Penal**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2014.

LOPES JR, Aury. **Direito Processual Penal**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. e-book.

MENDES, Gilmar. **Tratado de Direito Constitucional**. 10. ed. São Paulo: Saraiva 2012.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

OLIVIERI, Antonio Carlos. **Cangaço**: *Banditismo no sertão nordestino*. Disponível em <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/cangaco-banditismo-no-sertao-nordestino.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

PACELLI, Eugenio. **Curso de Processo Penal**. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PASSOS, Rubens Torres. Como surgiu o jogo do bicho? Disponível em: <<http://super.abril.com.br/ciencia/como-surgiu-o-jogo-do-bicho>> Acesso em: 17 Abr. 2016.

STRECK, Lênio Luis. **Jurisdição Constitucional e Hermenêutica, Uma Nova Crítica do Direito**. Porto Alegre: Dos advogados, 2002.

TÁVORA, Nestor. ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de Direito Processual Penal**. 9. ed. Salvador: Jus Podivm, 2014.

VICENTE, Paulo. ALEXANDRINO Marcelo. **Direito Constitucional**. 9. ed. São Paulo: Método, 2012.